

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.283 - MG (2020/0071688-0)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**RECORRENTE : MARCOS ANTONIO FAUSTINO GALVAO (PRESO)**  
**ADVOGADO : JOSÉ APARECIDO MARTINS - MG028360**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus** interposto por MARCOS ANTONIO FAUSTINO GALVAO, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**.

Depreende-se dos autos que o ora recorrente encontra-se preso preventivamente desde o dia **16/10/2019**, pela suposta prática do delito de roubo majorado, tipificados nos art. 157, § 2º, II e V e § 2º, I (por duas vezes), do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, sob a alegação de constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo na formação da culpa, negativa de autoria e inépcia da exordial acusatória. O eg. Tribunal de origem denegou a ordem, em v. acórdão com a seguinte ementa:

**“EMENTA: HABEAS CORPUS – ROUBO MAJORADO – NEGATIVA DE AUTORIA – IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA ESTREITA VIA DO WRIT – EXCESSO DE PRAZO – NÃO CONFIGURADO – PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE – FEITO COMPLEXO – SUPOSTA INÉPCIA DA DENÚNCIA – IRREGULARIDADE FORMAL – INOCORRÊNCIA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO – PROVA DA EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA – CONDIÇÕES PESSOAIS DO PACIENTE – IRRELEVÂNCIA.**

**– É cediço doutrinária e jurisprudencialmente que na estreita via do writ não é possível o exame valorativo do conjunto fático-probatório, afigurando-se inviável, nesta seara, a discussão acerca da negativa de autoria. – Em homenagem ao princípio da razoabilidade, a alegação de excesso de prazo deve**

*ser afastada quando as circunstâncias do caso concreto justificam a segregação cautelar por prazo superior ao legal. – Não há que se falar em suposta inépcia da Denúncia se esta preenche todos os requisitos previstos no art. 41, do Código de Processo Penal e, ainda, se há indícios suficientes de autoria e materialidade dos crimes em relação ao paciente. – As condições favoráveis do paciente não são suficientes para lhe garantir a liberdade provisória, mormente quando presentes outras circunstâncias autorizadoras da cautela.” (fl. 65)*

Dáí o presente **recurso ordinário**, no qual alega o recorrente que está preso desde o dia “08/04/2019, ou seja, a quase 01 ano, sem que tenha ocorrido a REVISÃO de sua prisão” (fl. 79), consoante determina o art. 316 do CPP.

Acrescenta, ainda, que totaliza 1 (um) ano de prisão sem formação da culpa, o que lhe causa constrangimento pelo excesso de prazo. Sustenta que possui todas as condições pessoais favoráveis, já que é primário, de bons antecedentes e residência fixa.

Sustenta, ainda, que a denúncia é “[...] GENÉRICA, afinal, por diversas vezes a Promotoria aponta que o acusado praticou roubo qualificado sem apontar de forma precisa sua participação no suposto crime.” (fl. 83)

Aduz, por fim, que não é autor do crime que lhe é imputado na denúncia, porquanto as “provas apresentadas são meras suposições e criações do Ministério Público, as quais tentam apontar ao acusado Marcos Antônio um crime que este nunca praticou, afinal, o denunciado é trabalhador e proprietário de uma borracharia.” (fl. 83)

Requer, ao final, o provimento do recurso a fim de determinar a expedição do alvará de soltura em favor do recorrente.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 91-92.

Informações prestadas às fls. 96-123.

O Ministério Público Federal, às fls. 4445-4446, manifestou-se

pelo não conhecimento ou pelo desprovimento do recurso, parecer com a seguinte ementa:

*“PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PRISÃO PREVENTIVA. HABEAS CORPUS. ORDEM DENEGADA. RECURSO ORDINÁRIO. REITERAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA IMPETRAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA MANUTENÇÃO DA PRISÃO. INOCORRÊNCIA. MANDADO DE PRISÃO CUMPRIDO EM OUTUBRO DE 2019. PRAZO RAZOÁVEL. REGULAR ANDAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. COMPLEXIDADE DA CAUSA. PLURALIDADE DE RÉUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ESTRUTURADA. AUSÊNCIA DE MORA IMPUTÁVEL AO PODER JUDICIÁRIO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. CIRCUNSTÂNCIA QUE, POR SI SÓ, NÃO TEM O CONDÃO DE GARANTIR A REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. PRECEDENTE. INÉPCIA DA DENÚNCIA. ARGUMENTO FUNDAMENTADAMENTE DESCONSTITUÍDO NO ACÓRDÃO RECORRIDO, E APENAS REITERADO. NÃO ACOLHIMENTO. AFERIÇÃO DA EXISTÊNCIA DE PROVA DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE DELITIVAS. ALEGAÇÕES QUE DEMANDAM O REVOLVIMENTO AMPLO DO ACERVO PROBATÓRIO DO CASO, INCOMPATÍVEL COM A ESTREITA E CÉLERE VIA PROCEDIMENTAL DO WRIT. PRECEDENTE. MANIFESTAÇÃO PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO OU, SE CONHECIDO, PELO SEU DESPROVIMENTO.”*

É o relatório.

**Decido.**

Pretende o recorrente, **em síntese**, por meio do presente recurso ordinário, o reconhecimento do excesso para formação da culpa, da negativa de autoria e da inépcia da inicial acusatória.

Inicialmente, sobre o alegado constrangimento derivado do excesso de prazo para **revisão** sobre a **manutenção dos requisitos da prisão preventiva** a cada **90 (noventa) dias**, conforme estatui o novel parágrafo

único do art. 316 do CPP, incluído pela Lei n. 13.964/2019, registro que a **questão não foi examinada pelas instâncias ordinárias**, o que impede esta Corte de Justiça de conhecer a questão, neste momento, sob pena de indevida **supressão de instância**.

Nesse sentido:

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RENÚNCIA DO ADVOGADO CONSTITUÍDO. INTIMAÇÃO PRÉVIA DO RÉU. AUSÊNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. CERTIDÕES CARTORÁRIAS SUCESSIVAS E DIVERGENTES QUANTO AO DESEJO DE RECORRER PELO RÉU. PRECLUSÃO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. EXTEMPORANEIDADE. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. SESSÃO DE JULGAMENTO. RÉU REVEL. CITAÇÃO POR EDITAL. IMPRESCINDIBILIDADE. NULIDADE RECONHECIDA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.*

*2. O tema concernente à inexistência de prévia intimação do réu quanto à renúncia pelo advogado constituído do mandato a si outorgado, não foi analisado pela Corte de origem, não podendo, por tais razões, ser examinado diretamente por este Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância.*

*[...]*

*7. Habeas Corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para anular a sessão de julgamento realizada no dia 25/2/2014 pela Vara do Tribunal do Júri da comarca de Guiratinga/MT, nos autos do Processo n. 298-04.2000.811.0036 - CI 2914, somente em relação ao ora paciente, devendo ser submetido a novo julgamento pelo Conselho de Sentença, agora com a sua prévia intimação da assentada" (HC n. 374.752/MT, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 17/02/2017, grifei).*

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. NULIDADE DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA NOS AUTOS DE DOCUMENTAÇÃO REPUTADA INDISPENSÁVEL PELA DEFESA. MATÉRIA NÃO APRECIADA NO WRIT IMPETRADO NA ORIGEM. MANDAMUS SUBSTITUTIVO DE APELAÇÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. COAÇÃO ILEGAL INEXISTENTE.

**1. A alegada nulidade da ação penal em razão de não constar nos autos documentação reputada indispensável pela defesa não foi apreciada pelo Tribunal de origem, circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre o tópico, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.**

2. Não se vislumbra qualquer ilegalidade no não conhecimento do mandamus originário, pois este Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento no sentido de não ser cabível a impetração de habeas corpus em substituição aos recursos cabíveis e à revisão criminal. Precedentes.

[...]

5. Habeas corpus não conhecido." (HC n. 367.864/MT, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 22/02/2017, grifei).

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. DESCAMINHO, FORMAÇÃO DE QUADRILHA, FALSIDADE IDEOLÓGICA E SONEGAÇÃO FISCAL. INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL ANTES DO LANÇAMENTO DEFINITIVO DOS TRIBUTOS. NULIDADE. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EMPREGO DO WRIT. COISA JULGADA. REASCENDER TESES. AMOFINAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA. INVIABILIDADE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO.

**1. No seio de habeas corpus, não é possível conhecer de temas não tratados na origem, sob pena de supressão de instância.**

2. Manejar remédio heroico intentando reascender temas, após o julgamento de todos os recursos cabíveis, com o advento do manto da coisa julgada sobre o processo criminal, o qual foi inclusive objeto de análise em outra sede impugnativa perante o Superior Tribunal, quebranta a segurança jurídica.

3. Mantidos os fundamentos da decisão agravada,

*porquanto não infirmados por razões eficientes, é de ser negada simples pretensão de reforma. (Enunciado n.º 182 da Súmula desta Corte).*

*4. Agravo regimental desprovido" (AgRg no HC n. 400.382/RS, **Sexta Turma**, Rel.<sup>a</sup>. Min.<sup>a</sup>. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 23/06/2017, grifei).*

Ainda, sobre o **excesso de prazo**, ressalta-se que o término da instrução processual não possui características de fatalidade e de improrrogabilidade, não se ponderando mera soma aritmética de tempo para os atos processuais. A propósito, esta Corte, firmou jurisprudência no sentido de se considerar o **juízo de razoabilidade** para eventual constatação de constrangimento ilegal ao direito de locomoção decorrente de excesso de prazo, levando-se em consideração a quantidade de delitos, a pluralidade de réus, bem como a quantidade de advogados e defensores envolvidos. Nesse sentido:

*"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. PERICULOSIDADE. RECORRENTE ACUSADO DE ASSUMIR POSIÇÃO RELEVANTE. RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.*

*1. Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, mesmo que a decisão esteja pautada em lastro probatório, que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.*

*2. Caso em que a segregação cautelar foi mantida pelo Tribunal impetrado em razão da periculosidade do recorrente, porquanto é acusado de integrar uma organização criminosa voltada para a prática de vários crimes (tráfico de drogas, roubo, furto, receptação), na qual ocuparia função de destaque, inclusive mantinha contato direto com o ex-líder, morto no interior do presídio de segurança máxima de Campo Grande. Além disso, atuaria como batedor em transportes de drogas realizado pelo bando. A vinculação com o referido grupo criminoso demonstra a periculosidade do recorrente,*

*evidenciando a probabilidade concreta de continuidade no cometimento de delitos.*

**3. O constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto.**

**4. Na espécie, a ação penal é complexa, pois conta com 20 denunciados, com advogados distintos, com necessidade de expedição de cartas precatórias. Ademais, não há registros de atos procrastinatórios. Ação penal que tramita de forma regular. Precedentes.**

**5. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento" (RHC n. 95.077/MS, **Quinta Turma**, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 09/05/2018, grifei).**

Sobre o tema, colhe o seguinte trecho das informações prestadas pelo d. Magistrado condutor do feito na origem:

***“O paciente e os corréus Luiz Carlos dos Santos Limeira, Gustavo Lima de Moura, Júlio César dos Santos Santana, Marcos Evangelista da Silva, Marlon Batista Nunes e Walisson Gonçalves Faria, foram denunciados por infração às normas dos artigos 157, §2º, II e V e §2º-A, I, por duas vezes, na forma dos arts. 29 e 70, todos do Código Penal.***

***Em 08.04.2019, decretou-se a prisão preventiva dos acusados, nestes autos (fls. 368/370), para a garantia da ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal, tendo os respectivos mandados de prisões sido encaminhados à Comarca de Uberlândia -MG para o devido cumprimento (fls. 371/373).***

***Denúncia recebida no dia 08.04.2019 (fl. 370).***

***Os acusados Luiz Carlos, Gustavo, Marcos Evangelista, Marcos Antônio e Marlon foram devidamente citados e intimados (fls. 448, 449, 450, 451 e 603) e apresentaram respostas escritas à acusação (fls. 413/431, 394/412, 432/435, 604, e 643/647).***

***O acusado Walisson foi devidamente citado e intimado (fl. 452), constituiu Advogado nos autos (fl. 483), contudo, até a presente data, não apresentou a respectiva peça de defesa.***

***Nos dias 10, 11 e 16 de outubro de 2019, foram cumpridos respectivamente, os mandados de prisão dos réus Gustavo Lima de Moura, Marlon Batista Nunes e Marcos Antônio Faustino Gaivão (fls. 554, 510 e 581).***

***À fl. 580 e 698, determinou-se o desmembramento do feito no tocante aos réus Júlio César dos Santos Santana e Luiz Carlos dos Santos Limeira, que passaram a responder em autos próprios.***

No dia 20.02.2020, foi cumprido o mandado de prisão expedido em desfavor de (fl. 671).

**Por' não ser o caso de absolvição sumária, designou-se a audiência de instrução e julgamento para o dia 14.04.2020 às 14:00 horas, ocasião em que se indeferiu o pleito defensivo para revogação da prisão do paciente, bem como analisou-se a necessidade da manutenção da prisão de todos os acusados que se encontram segregados, nos termos do art. 316, parágrafo único, do CPP (fls. 698/699).**

**Esclareço que a prisão foi mantida para garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.**

**Estão presentes os pressupostos e requisitos da prisão cautelar, pois o tipo penal do 157, §2º, II e V e §2º, I, do Código Penal, é crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos - CP, art. 313, I - e há indícios suficientes de autoria e materialidade delitivas, extraídos das declarações e documento constantes dos autos (fls. 02/326).**

**Infere-se que os acusados compõem, em tese, uma organização criminosa violenta e ousada, especializada em crimes de roubos de carga, com utilização de arma de fogo e restrição da liberdade das vítimas.**

**Tocos os elementos de prova indiciária revelam a necessidade da custódia provisória, em especial, para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal. A prisão preventiva não se constitui em violação a qualquer direito constitucional ou processual do paciente.” (fls. 97-98, grifei)**

O eg. Tribunal de origem no v. acórdão combatido, assim se manifestou sobre o tema, **verbis**:

*"[...] Noutro giro, passo a analisar a tese de que o paciente se encontra preso há quase 11 (onze) meses, sem que a instrução criminal tenha se findado, ocasionando, assim, excesso de prazo.*

*Primeiramente, deixo consignado que esta assertiva deve ser analisada com base nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, porquanto as peculiaridades de cada caso podem conduzir a instrução em um lapso superior ao determinado em lei, sem, contudo, ensejar ilegalidade.*

*In casu, conforme informações prestadas pelo d. magistrado a quo em evento eletrônico de ordem nº.10, o mandado de prisão expedido contra o ora paciente foi cumprido em 16 de outubro de 2019. Portanto, cumpre destacar que o acusado encontra-se acautelado por tempo inferior ao alegado pelo impetrante.*

*Ademais, não obstante tratar-se de feito complexo, com 07 (sete) acusados conforme narra à denúncia (documento eletrônico de ordem nº11), entendo que a marcha processual encontra-se em andamento adequado, sendo desenvolvida dentro de um lapso temporal razoável, estando o feito na*



***fase de apresentação de resposta a acusação.***

*[...]*

*Assim, não há que se falar, a priori, em excesso de prazo para formação da culpa.*

*Ademais, ressalto que é possível uma convivência harmonizável entre a prisão cautelar e o Princípio da presunção de inocência, uma vez que a própria Constituição da República (art. 5º, LXI) prevê a possibilidade desse tipo de custódia, contanto que preservada a característica da excepcionalidade, subordinada à necessidade concreta, real, efetiva e fundamentada, não havendo que se falar, portanto, em antecipação de pena." (fl. 69, grifei).*

Da leitura do excerto acima transcrito, verifica-se que, **apesar do atraso na instrução criminal, ele se justifica, notadamente pelas peculiaridades da causa, na qual o recorrente foi denunciado com outros 6 réus (7 no total), com necessidade de citação de todos, bem como desmembramento dos autos em relação a alguns acusados, além do que consta informação de que integram organização criminosa**, sem qualquer elemento que evidenciasse a desídia do aparelho judiciário na condução do feito, o que não permite a conclusão, ao menos por ora, da configuração de constrangimento ilegal passível de ser sanado pela presente via.

Assim, faz-se necessário asseverar que o feito estaria seguindo seu trâmite regular, não se tendo qualquer notícia de fato que evidencie atraso injustificado atribuível ao Poder Judiciário.

Ademais, diferentemente do que alegou o recorrente, as instâncias ordinárias destacaram que o **“mandado de prisão foi cumprido em 16 de outubro de 2019”**, ou seja, a segregação não perdura por quase 1 ano, mas por quase 6 meses.

Não se pode olvidar, também, conforme informou o d. Magistrado que **a audiência de instrução e julgamento já está designada para o dia 14 de abril de 2020.**

No que tange à **alegação de negativa de autoria do delito** imputado ao recorrente, verifica-se que as instâncias ordinárias concluíram que:

**"[DECISÃO PREVENTIVA]** *Estão presentes os pressupostos e requisitos da prisão cautelar, pois o tipo penal do art. 157, §2º, II e V, §2º, I, do Código Penal é crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos – CP, art. 313, I - e há indícios suficientes de autoria e materialidades delitivas, extraídos das declarações e documentos constantes dos autos* (fls. 02/326)." (fls. 10-11, grifei)

**[ACÓRDÃO]** *Inicialmente, tenho que não merece ser acolhida a alegação de que o paciente não cometeu o delito que lhe é imputado. É cediço no entendimento doutrinário e jurisprudencial que na estreita via do writ não é possível o exame valorativo do conjunto fático-probatório, afigurando-se inviável, nesta seara, a discussão acerca da negativa de autoria e ausência de provas de materialidade.*

*In casu, havendo lastro probatório mínimo – indícios suficientes de autoria e prova da existência do crime – e, constituindo as questões ventiladas pelo impetrante na inicial matéria de mérito, deve ser rejeitada, por ora, a alegação de não ser o paciente autor do delito que a ele é imputado.*

*Impende salientar que, ao longo da instrução judicial, será averiguada a referida tese, respeitado o devido processo legal, com ampla defesa e contraditório."* (fl. 67).

**Concluir em sentido contrário,** demandaria extenso revolvimento fático-probatório, procedimento vedado na via estreita do **habeas corpus**.

Sobre o tem, os seguintes precedentes desta Corte:

**"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. RENITÊNCIA CRIMINOSA. ELEMENTO CONCRETO A JUSTIFICAR A MEDIDA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. OCORRÊNCIA. PRISÃO DOMICILIAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM DENEGADA.**

*1. A aferição da existência de indícios de autoria e materialidade delitiva demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com a angusta via do writ, devendo ser a questão dirimida no trâmite da instrução criminal.*

*2. A necessidade da custódia cautelar restou*

*demonstrada, com esboço em dados concretos dos autos, conforme recomenda a jurisprudência desta Corte, estando o decisor proferido na origem fundamentado na renitência criminosa, a evidenciar, portanto, risco para a ordem pública.*

*3. A tese referente ao pleito de prisão domiciliar não foi debatida perante a instância precedente, não sendo possível examiná-la nesta via, sob pena de indevida supressão de instância.*

*4. Ordem denegada" (HC 363.791/MG, Sexta Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 30/9/2016).*

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE PESSOAS E EMPREGO DE ARMA DE FOGO. NEGATIVA DE AUTORIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. MODUS OPERANDI. RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DA PRISÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DO ART. 319 DO CPP. INVIABILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO IMPROVIDO.**

*1. O habeas corpus não é o meio adequado para a análise de tese de negativa de autoria ou participação por exigir, necessariamente, uma avaliação do conteúdo fático-probatório, procedimento incompatível com a via estreita do writ, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária.*

*2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.*

*3. Na hipótese, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, em razão da gravidade concreta do delito e da periculosidade do agente, evidenciada pelo modus operandi empregado apontando-se, na espécie, que o paciente, juntamente com dois comparsas, mediante grave ameaça pelo uso de arma de fogo,*

*surpreenderam a vítima quanto esta chegava em casa e passaram a subtrair vários bens do interior da residência, forçando a ofendida a acordar seu pai, maior de 60 anos de idade, que se recuperava de recente cirurgia de cateterismo, e obrigando-o a deslocar-se do quarto para a sala, revelando, assim, o destemor e frieza dos acusados na conduta delitiva.*

*4. Caso em que o acórdão impugnado aponta que o recorrente responde a outra ação penal pela prática dos delitos de receptação e associação criminosa, observando-se que, embora tenha obtido a liberdade provisória no referido processo, o acusado tornou a delinquir, demonstrando, assim, o seu grave envolvimento com o mundo do crime, circunstância essa que justifica, com maior razão, a imposição da custódia cautelar, a fim de que seja interrompida a reiteração delitiva.*

*5. Eventuais condições subjetivas favoráveis ao recorrente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes os requisitos autorizadores da referida segregação. Precedentes.*

*6. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão; o contexto fático indica que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública.*

*7. Recurso ordinário improvido" (RHC 67.890/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 5/10/2016).*

**Por sua vez, acerca da alegada inépcia da inicial**, não assiste razão ao recorrente. Com efeito, o artigo 41 do Código de Processo Penal enumera como requisitos da denúncia: "*Art. 41. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.*"

**In casu**, a inicial acusatória atende os pressupostos acima transcritas, na medida em que indica nome completo do recorrente e os elementos pelos quais ele poderá ser qualificado, bem como o tempo e o local do crime, outras circunstâncias, as razões de convicção da autoria, bem como classifica a conduta. Por fim, apresenta o rol de testemunhas.

Confirmam-se, por necessários, importantes trechos da denúncia,

dos quais é possível se aferir as condutas delituosas imputadas ao recorrente:

**"ROUBO TRIPLAMENTE QUALIFICADO.**

*Consta dos autos que no dia 25 de julho de 2018, por volta das 05h00m, na BR365, próximo ao KM570, nesta Comarca, os denunciados Luiz Carlos, Gustavo, Júlio, Marcos Evangelista e Lucas (já processado e condenado nos autos nº 0035.18.009990-1), contando com a participação de Marlon, Walisson e Marcos Antônio, agindo previamente conluídos e com unidade de desígnios, subtraíram, em proveito de todos, mediante grave ameaça exercida pelo emprego de arma de fogo e com restrição à liberdade de locomoção da vítima, uma carga de 26.400 kg (vinte e seis mil e quatrocentos quilos) de semente de milho, além do veículo (caminhão Scania, placa AQM-3400) que a transportava, bens de propriedade de SURSEM S/A e Valdecir José Welter, respectivamente.*

**FATOS.**

*Segundo apurou-se, no dia 25 de julho de 2018, por volta das 05h00m, a vítima Valdecir José Welter estava conduzindo o veículo caminhão Scania, placa AQM-3400, que estava carregado com 26.400 kg (vinte e seis mil e quatrocentos quilos) de semente de milho, quando, subitamente, seu veículo apresentou defeito mecânico.*

*Em face de tal cenário, Valdecir parou o veículo para conferir qual seria o problema, oportunidade na qual foi abordado por cinco indivíduos, sendo eles os denunciados Luiz Carlos, Gustavo, Júlio, Marcos Evangelista e Lucas que, mediante grave ameaça consistente no emprego de arma de fogo, o renderam, mantendo-o sob seu poder, e efetuaram o roubo.*

*Ato contínuo, após a rendição do ofendido, Gustavo tomou a direção do caminhão e os transportou até uma mata, a aproximadamente 10km do local do assalto, onde Valdecir foi retirado da carreta e colocado em um veículo Corsa, tendo sido conduzido pelos denunciados até a Fazenda Furnas, localizada na BR365, próximo ao KM 570.*

*No local, a vítima continuou tendo sua liberdade restringida, onde permaneceu todo o tempo sob cárcere, sendo vigiada por Lucas, o qual estava armado.*

***Ainda com a vítima em cárcere privado, Luiz Carlos entrou em contato com os denunciados Marcos Antônio e Walisson para lhes oferecer, respectivamente, os pneus do veículo e a carga roubada.***

*Os três combinaram de se encontrar na empresa de Marcos Antônio, local em que este e Walisson, cientes de que o roubo ainda estava em execução, acertaram a compra dos bens oferecidos, concorrendo, pois, de qualquer forma para a prática dos crimes de roubo.*

*O denunciado Walisson realizou o pagamento aos denunciados por meio da entrega de uma caminhonete Amarok, placa OMF-9010.*

*Posteriormente, um sujeito de nome Francisco Santos Amaral que morava ali perto, verificou uma atividade suspeita dentro da área de preservação permanente de sua propriedade, ocasião em que acionou a*

*PMMG. Os policiais foram até o local apurar a ocorrência, oportunidade na qual se depararam com Lucas armado e mantendo o motorista/vítima do roubo sob cárcere privado.*

*Com a presença dos policiais, Lucas tentou empreender fuga, todavia, foi contido e preso. A vítima foi encontrada deitada no chão.*

*Apurou-se que, no momento da prisão de Lucas, conforme narrado no REDS, um veículo GM Vectra, placa IJS-8497, de propriedade da esposa do denunciado Luiz Carlos e utilizado por esse, adentrou no local. O motorista, ao verificar a presença dos policiais, empreendeu fuga em alta velocidade.*

*Nesse ínterim, verifica-se que os autores utilizaram um veículo abordagem da vítima, enquanto o Corsa, de propriedade de Lucas, para realizar a abordagem da vítima, enquanto automóvel GM Vectra, de propriedade da esposa de Luiz Carlos, seria usado para buscá-lo no cativeiro.*

*Toda a empreitada criminoso foi minuciosamente planejada pelos denunciados, contando com a participação de Lucas, fato que pode ser observado pela análise das ligações realizadas entre eles, antes da ocorrência do fato criminoso. Um dia antes do roubo, ou seja, em 24 de julho de 2018, o denunciado Luiz Carlos entrou em contato com o denunciado Júlio César, informando-lhe que no dia seguinte haveria um “trabalho” para eles.*

*Devido a isso, os denunciados precisariam de um cúmplice que dirigisse o caminhão que seria roubado, oportunidade na qual o denunciado Júlio César entrou em contato com o réu Marcos Evangelista, que aceitou participar do intento criminoso e foi o responsável por dirigir o caminhão objeto do roubo.*

*Os denunciados agiram com precisa divisão de tarefas, sendo certo que os denunciados Luiz Carlos e Gustavo Lima combinaram de se encontrar para a realização do roubo e, aproximadamente às 20h do dia 24 de julho de 2018, o denunciado Júlio César informa Luiz Carlos que já buscou o motorista, o acusado Marcos Evangelista. Enfim, a unidade de desígnios de todos deixa claro que o grupo criminoso se encontrava completo e preparado para realizar a empreitada delituosa.*

*Após realizarem o roubo, os denunciados Luiz Carlos, Gustavo, Júlio César e Marcos Evangelista, buscaram encontrar possíveis compradores para a carga subtraída e para diversas partes do caminhão,*

*Por fim, apurou-se nos autos que o denunciado Marlon Batista Nunes concorreu de qualquer forma para o crime de roubo, dirigindo a atividade dos seus comparsas e ainda ficando com parte da/carga roubada, tendo realizou o pagamento por meio de cheques, o que trouxe preocupação para os denunciados Gustavo e Júlio César, os quais conversaram se questionaram como conseguiriam descontá-los para pegar o dinheiro.*

*Ante a prisão em flagrante de Lucas Moraes Ferreira, foi instaurado inquérito policial, onde foi investigado o roubo acima narrado, já tendo sido o autor sentenciado quanto aos fatos descritos. Por essa razão, o Ministério Público deixa de oferecer denúncia em seu nome, distribuindo a presente por dependência aos autos do processo em que Lucas foi processado,*

n° 0035.18.009990-1." (fls. 34-39, grifei)

Ora, a mera leitura da inicial acusatória indica que foi apresentada *"exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime"* e rol de testemunhas (art. 41 do CPP).

É o quanto basta para possibilitar ao recorrente o exercício da ampla defesa e contraditório, não havendo que se falar em inépcia da peça inaugural.

*"PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTELIONATOS. RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. MATÉRIA NÃO EXAMINADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CITAÇÃO POR EDITAL. NULIDADE. RECONHECIMENTO POSTERIOR PELO JUÍZO SINGULAR. PEDIDO PREJUDICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA NÃO VERIFICADA. JUSTA CAUSA PARA PERSECUÇÃO PENAL. ÓBICE AO REVOLVIMENTO FÁTICO-COMPROBATÓRIO NA VIA ELEITA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O tema relativo à alegada violação do princípio constitucional da razoável duração do processo não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido, motivo pelo qual não pode ser examinado por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância. 2. Hipótese em que o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Dourados/MS, em 11/11/2016, ao sanear o processo, acolheu a preliminar de nulidade e determinou a realização de nova citação do recorrente com nova produção de provas, bem como a correção da sua qualificação, revogando a preventiva. Pedido de nulidade da citação por edital prejudicado.*

*3. Para o oferecimento da denúncia, exige-se apenas a descrição da conduta delitiva e a existência de elementos probatórios mínimos que corroborem a acusação. Provas conclusivas acerca da materialidade e da autoria do crime são necessárias apenas para a formação de um eventual juízo condenatório. Embora não se admita a instauração de processos temerários e levianos ou despidos de qualquer sustentáculo probatório, nessa fase processual, deve ser privilegiado o princípio do in dubio pro societate.*

*4. Na hipótese, não há falar em inépcia da*

*denúncia, porque a peça acusatória expôs os fatos delituosos em sua essência, de maneira a individualizar o quanto possível os delitos imputados ao acusado, tendo procedido à devida tipificação das condutas, com vistas a viabilizar a persecução penal e o exercício da ampla defesa e do contraditório pelo recorrente.*

*5. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, o que não se infere na hipótese dos autos.*

*6. Se as instâncias ordinárias, com base nas provas colacionadas aos autos, concluíram pela tipicidade da conduta imputada ao réu, sem que tenha sido demonstrada a alegada ausência de justa causa para persecução penal, maiores incursões acerca do tema demandariam revolvimento fático-comprobatório, o que não se admite na via do writ.*

*7. Conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e na esteira do posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, consagrou-se o entendimento da inexigibilidade de fundamentação complexa no recebimento da denúncia, em virtude de sua natureza interlocutória, não se equiparando à decisão judicial a que se refere o art. 93, IX, da Constituição Federal.*

*8. Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido." (RHC n. 74.510/MS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 28/04/2017)*

**"PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ADITAMENTO DA DENÚNCIA QUANTO AO DELITO DE ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR. INÉPCIA. INOCORRÊNCIA. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. PRESCINDIBILIDADE. IMPARCIALIDADE DO JUIZ. INOCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.**

*1. O trancamento da ação penal é medida excepcional, só admitida quando restar provada, de forma clara e precisa, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático ou probatório, a atipicidade da conduta, a ocorrência de causa extintiva da punibilidade, ou, ainda, a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade. 2. A denúncia, à luz do disposto no art. 41 do Código de Processo Penal, deve conter a descrição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a definição da conduta do autor, sua*



*qualificação ou esclarecimentos capazes de identifica-lo, bem como, quando necessário, o rol de testemunhas. 3. A peça de aditamento à denúncia narra de modo suficiente que o paciente, no dia 03/12/2015, no Distrito Federal, aproveitando-se da condição de policial civil do DF, trocou por placas diversas não identificadas as placas da viatura da Polícia Civil do Distrito Federal vinculada à Coordenadoria de Homicídios CH/DPF.*

*4. A falta de mais precisa especificação ou detalhamento dos fatos ou do local exato em que teria ocorrido o crime, não impede a defesa, pois explicitado na denúncia que os fatos ocorreram no dia 03/12/2015, no Distrito Federal, tendo sido inclusive referido que as placas trocadas Polícia Civil do Distrito Federal GM ASTRA JEF-5511, cor branca, vinculada à Coordenadoria de Homicídios CH/DPF.*

*5. Já se pronunciou esta Corte no sentido de que a simples troca de placas do veículo não deixa vestígios capazes de serem aferidos por meio pericial, sendo assim, prescindível o referido laudo para se atestar a materialidade do delito.*

*6. É entendimento desta Corte que a abertura de prazo para aditamento da denúncia não implica ofensa ao princípio da imparcialidade, uma vez que ao Juízo compete prover a regularidade do processo e manter a ordem no curso dos respectivos atos.*

*7. Habeas corpus denegado." (HC n. 374.589/DF, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 23/03/2017)*

Não se vislumbra, pois, qualquer ilegalidade flagrante no presente caso, apta a ensejar a concessão da ordem, ainda que de ofício.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso ordinário em **habeas corpus**.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro Felix Fischer

Relator